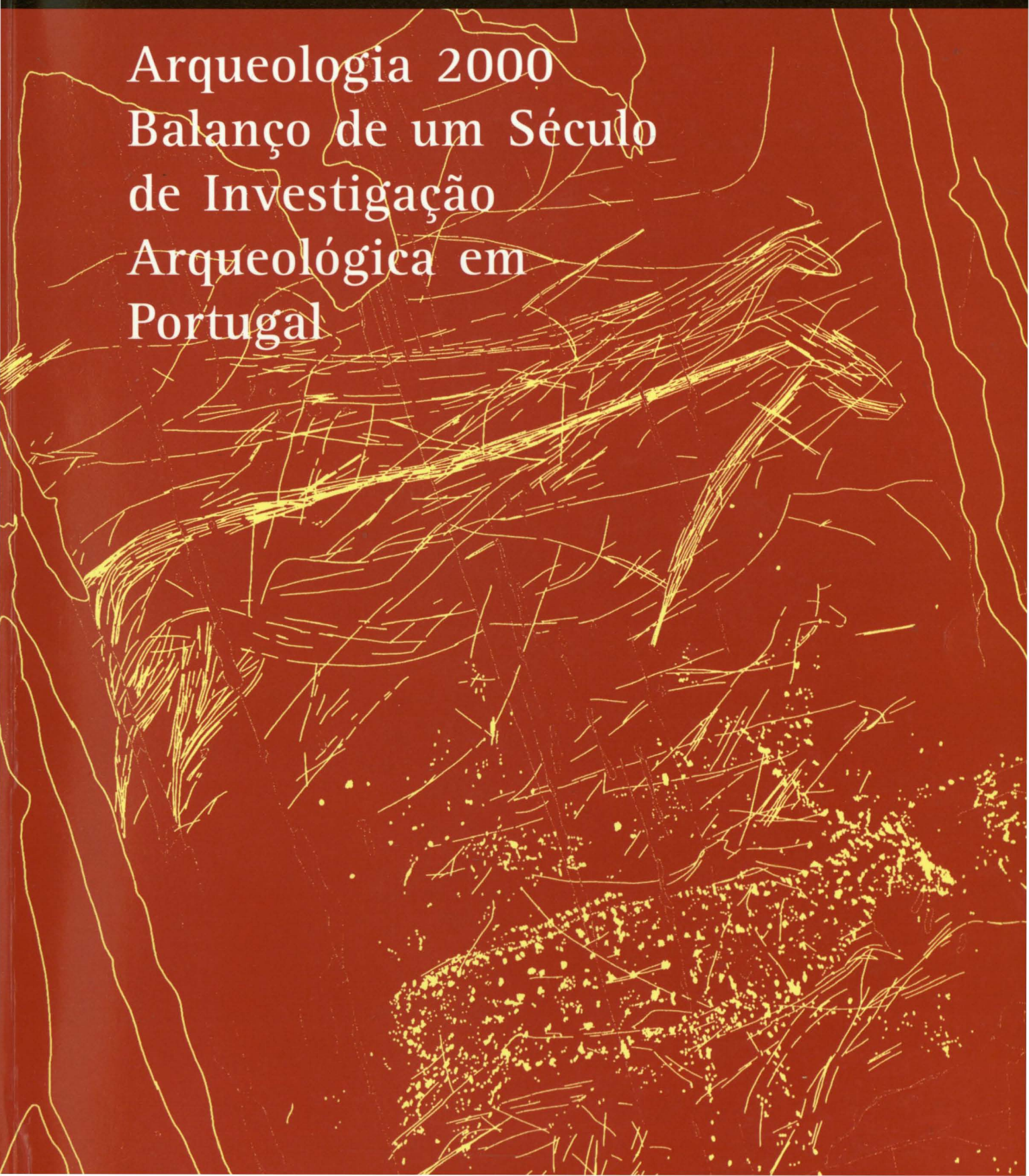


ARQUEOLOGIA & História



Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses | Volume nº54 | 2002

Arqueologia 2000 Balanço de um Século de Investigação Arqueológica em Portugal



Titulo

Arqueologia e História

Volume

54

Edição

Associação dos Arqueólogos Portugueses
Largo do Carmo, nº 4, 1º direito, 1200-092 Lisboa
Tel.: 21 346 04 73 · Fax: 21 324 42 52
e-mail: associacao.arqueologos@clix.pt

Coordenação

José Morais Arnaud

Projecto gráfico

oficina de design Nuno Vale Cardoso & Nina Barreiros
Capa 2.º desenho original de M. V. Gomes

Impressão

Europress – Editores e Distribuidores de Publicações, Lda.
Praceta da República, 15 – 2620-162 Póvoa de Santo Adrião
Tel.: 21 938 14 50 · Fax: 21 938 14 52
e-mail: europress@mail.telepac.pt

Tiragem

1000 exemplares

© Associação dos Arqueólogos Portugueses

ISSN

972/9451-39-7

Depósito legal

73446/93

Solicita-se permuta
Exchange wanted

Os artigos publicados nesta revista são da exclusiva
responsabilidade dos respectivos autores

Patrocínio



Megalitismo Europeu e Português: breves considerações históricas em jeito de balanço

Vitor Oliveira Jorge

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
vojsoj@mail.telepac.pt

1. Megalitismo europeu

Costuma dizer-se que a história da arqueologia conta, muito simplificada, com quatro grandes "paradigmas": o evolucionista (séc. XIX), o histórico-cultural, difusionista (1ª metade do séc. XX), o processualista (a partir dos anos 60 do nosso séc.) e o pós-processualista (a partir dos anos 70-80).

Algumas destas perspectivas (que frequentemente não aparecem em "estado puro") foram influenciadas por aspectos do pensamento marxista e neomarxista, em diferentes momentos do séc. XX. Por outro lado, as explicações difusionistas (as inovações propagam-se a partir de centros criadores), correntes na fase histórico-cultural, vêm de trás, e misturaram-se por vezes com visões evolucionistas (cada povo pode "inventar" independentemente coisas muito parecidas com as de outros com que nunca contactou). O extremo dos "difusionismos" (circulação de ideias) é o migracionismo (circulação de grupos de pessoas ou comunidades inteiras, como recurso para explicar inovações).

Toda a questão radica num ponto: o de uma teoria da evolução social (ou da história), sempre controversa e contingente - e ainda bem. De facto, os que pensam que descobriram as "leis da história" são os que julgam que sabem como vai ser o futuro e, no entanto, tudo fazem para o irem impondo aos outros, já no presente.

A intrigante presença de "megálitos" na Europa ocidental - para a qual os "antiquários" dos sécs. XVI a XVIII chamaram a atenção, tornando-os "visíveis" como problema - foi alvo de tentativas interpretativas ao longo de todos esses "paradigmas" e seu complexo "entremeado".

Assim, no séc. XIX, conviveram perspectivas migracionistas com evolucionistas. Fergusson (1872), por ex., considerava o "estilo megalítico" como uma fase da história da arquitectura, ao mesmo título da clássica grega, ou da barroca. Cartailhac (1886) pensava que os dólmenes mais antigos da Península Ibérica eram os simples, só com câmara, que desenvolveriam depois formas com corredor, cada vez mais monumentais, até concluírem, em fim de ciclo, com pequenas cistas individuais, enterradas no solo.

Mais tarde, já no nosso século, o catalão Bosch-Gimpera, autor típico da perspectiva histórico-cultural, conjugava a sua divisão da península em "culturas" (a megalítica ocidental portuguesa, a dos sepulcros de fossa, na Catalunha, a de Almeria, no SE, a das grutas, na Meseta, etc.) com um difusionismo e evolucionismo. Os monumentos mais antigos eram os do NW peninsular, simples e sem corredor, de onde tinham irradiado para a zona basco-catalã, e daí para o Sul, onde chegariam já na Idade do Cobre sob a forma de sepulturas de falsa cúpula e de hipogeus escavados na rocha ("grutas artificiais").

Este "ocidentalismo" contrapôs-se permanentemente ao "orientalismo" da escola inglesa, que se afirmou a partir dos anos 20-30, desde Fleure/Peake, D. Forde, até G. Daniel e Childe.

O que era próprio da visão "orientalista"? Considerar que os protótipos dos monumentos megalíticos do Oeste europeu eram as sepulturas de falsa cúpula e os hipogeus do Mediterrâneo oriental. Tais "influências", chegadas ao Sul da Península Ibérica sob a forma de grandes monumentos andaluzes, tinham tido depois uma "tradução megalítica" mais rude e diversificada no Norte de Portugal e Espanha. A Península tinha assim servido de "foco difusor secundário" para outras regiões situadas mais a norte. O megalitismo era uma degenerescência "bárbara" das grandes construções mediterrânicas.

É óbvio o peso, consciente ou não, que as civilizações clássicas (se não a influência das nossas raízes culturais judaico-cristãs) tinham nestas concepções, que mitificavam o Próximo Oriente. Podemos mesmo dizer que, até hoje, para muitos, esta é uma evidência: a Europa é apenas uma "península" da Ásia, uma região periférica e subsidiária dos seus grandes "centros criadores". Num mundo que cada vez mais actua e pensa por "redes", onde as explicações têm de adquirir uma grande complexidade para serem verosímeis, estes "fantasmas" axiais, simples e quase "óbvios", ainda continuam a atormentar (ou a pacificar, conforme o ponto de vista) muito boas almas! Simplesmente, o cientista é o que desconfia do óbvio; e a noção de que a explicação mais simples é a mais provável não fun-

ciona, obviamente, fora do senso comum vulgar quotidiano.

Mas, sobretudo dos anos 30 aos anos 50, trabalhou em Portugal e Espanha o casal alemão Leisner que, pelo número de elementos que sistematicamente coligiu, não só ergueu uma obra gigantesca, como influenciou os diversos autores que procuravam explicar o megalitismo à escala europeia. G. e V. Leisner integravam-se numa perspectiva histórico-cultural. Para eles havia no mundo mediterrânico um grande cruzamento de correntes culturais, sendo difícil isolar, nos túmulos, manifestações "étnicas" em estado "puro". De qualquer modo, parecia óbvio que teria havido no Sul da Península desenvolvimentos independentes uns dos outros (Sueste e Ocidente), e que os monumentos megalíticos e as sepulturas de falsa cúpula eram dois grupos arquitectónicos diferentes, sendo as segundas posteriores aos primeiros, pelo menos em alguns casos. Para a defesa de um possível autoctonismo neolítico dos dólmenes do Ocidente peninsular (a que se teriam ulteriormente juntado componentes mais tardias, às quais chamavam "eneolíticas") os Leisner trouxeram elementos fundamentais.

Entretanto, o método de datação pelo carbono 14, começado a aplicar nos anos 50, e desde então cada vez mais utilizado por investigadores como P. R. Giot, na Bretanha francesa, veio corroborar a antiguidade dos dólmenes do Ocidente europeu, e a sua absoluta independência em relação a outros sepulcros, fossem eles colectivos e/ou monumentais, do Próximo Oriente.

O método do C14 permitiu superar o espartilho das cronologias curtas, e as explicações exogenistas (migrações ou difusões), que começaram a ser substituídas por uma compreensão maior da variabilidade da realidade arqueológica, e da criatividade própria das populações pré-históricas da Europa "bárbara". Contactos entre populações sempre os houve; mas, para que uma "influência" externa "funcione", é preciso que o receptor esteja em condições de a integrar no seu próprio sistema, o que implica a compreensão do processo de evolução social em termos endógenos, através de modelos. Foi esta uma das "mensagens" dos processualistas (versão britânica da "nova arqueologia" americana dos

anos 60); e o seu paladino, nomeadamente para o caso do megalitismo, foi C. Renfrew, em Inglaterra.

No seu livro *Antes da Civilização*, ele defendeu que o megalitismo poderia ter emergido em vários "focos" independentes uns dos outros, na Europa Ocidental: Dinamarca, Sul da Grã-Bretanha, Bretanha francesa, e Península Ibérica, além da hipótese da Irlanda. Quer dizer, estas grandes construções em pedra, as mais antigas do mundo, ligadas muitas vezes ao enterramento colectivo, distribuídas pela orla costeira atlântica, eram, provavelmente, "respostas" autónomas em relação a um estímulo económico-social, técnico, e mental, comum. Era o processo que estava por detrás dos fenómenos arqueológicos que os explicava, e não a sua semelhança empírica.

Que processo, ou conjunto de processos, poderiam ter afectado essas sociedades linhageiras, maioritariamente igualitárias, relativamente dispersas pelo território, praticando uma agricultura extensiva, para localmente unirem os seus esforços na construção de um túmulo que albergasse os restos de um (ou mais) antepassado(s) comum(ns)? É que esse monumento simbolizaria a unidade do grupo, a sua permanência, a sua fixação a um território com o qual tinham uma articulação ainda relativamente fluída. Os túmulos megalíticos eram marcas territoriais de sociedades segmentárias. Mas, porque ocorreriam somente na Europa ocidental? Porque aqui a "vaga de avanço" da neolitização (teoria difusionista de Ammerman e Cavalli-Sforza) teria encontrado uma "fachada" intransponível, a do mar, que impediu a continuidade do avanço e implicou um certo "stress", tanto mais que a região costeira já era amplamente povoada desde o Mesolítico.

Não deixa de ser curioso notar que Renfrew, defensor do indigenismo megalítico, o articula com a aceitação de uma teoria difusionista do "modo de vida" neolítico (agricultura e criação de gado), seduzido pelas ideias dos dois autores citados. Mais tarde, em *Arqueologia e Linguagem*, vai mesmo ao ponto de o relacionar com a difusão da língua indo-europeia na Europa.

Na esteira de Renfrew, R. Chapman defendeu que os túmulos seriam uma forma de legitimar, pela ancestralidade, a posse de direitos sobre a terra.

A monumentalidade surge, como vimos, aos olhos dos autores dos anos 70, como uma atitude legitimadora de um acto de apropriação territorial na sua fase inicial - dir-se-ia que é sempre num momento em que o poder não está ainda muito "seguro de si" que a arquitectura é mais estrategicamente usada na sua legitimação ou naturalização, como teria acontecido no megalitismo neolítico europeu.

Esta ideia, ainda basicamente "descritiva" e, porventura, funcionalista e conservadora (a sociedade é uma unidade orgânica, tendendo para o equilíbrio ou homeostase, onde cada elemento desempenha um papel bem definido, como parte de um organismo mais geral) vai ser desenvolvida e criticada em diversos sentidos pelos autores dos anos 80 em diante, muito atentos ao papel activo que a "cultura material" tem nas relações sociais, de que não espelha senão uma imagem idealizada ou "distorcida" pelos diferentes "actores" em jogo. Se alguma coisa a cultura material reflecte - neste caso os túmulos monumentais - é um processo de competição "surda" pelos diferentes poderes numa arena de jogo, onde nenhum lance é inocente (isto é, com uma relação unívoca com determinado fim ou significado - ser "humano" é viver no "reino" da ambiguidade e da luta de interesses). Assim, o dado arqueológico não regista nem testemunha uma realidade social como tal, mas sempre uma "versão" da mesma - é isto que nos distingue, hoje, da primariedade do empirismo. A toda esta nebulosa de "segunda perda de ingenuidade" da arqueologia (a primeira tinha sido nos anos 60 com o processualismo) costumamos chamar "arqueologias pós-processuais", contextuais, ou interpretativas.

Explicações inspiradas em versões recentes do marxismo (mais atentas à sobredeterminação dos aspectos simbólicos e não tanto dos económicos), procuram deslocar o eixo das relações demográficas, ou das competições pela terra tomadas abstractamente, para o interior da própria sociedade, entendida como um lugar de conflitos de interesses. Os interesses dominantes, ou que se pretendem impor como tal, escondem os seus designios (ou a desigualdade real) através de uma ideologia da unidade do grupo, consubstanciada nos rituais do enterramento colectivo megalítico, que encenam

uma pretensa igualdade (idealizada, e naturalizada no monumento).

A atitude contextual procura reabilitar a história de cada sítio, de cada situação, de cada realidade concreta, desconstruindo os "chavões" processualistas, que muitas vezes não passam de metáforas generalizantes, sobrepostas a uma realidade ainda insuficientemente compreendida na sua especificidade. Hodder, por ex., repescou a velha ideia de que muitos túmulos megalíticos alongados podiam ser a réplica simbólica de casas rectangulares danubianas.

A verdade, porém, é que as teorias pós-processuais se têm mostrado mais eficazes na desconstrução das generalizações anteriores, do que na proposta de alternativas, que não é a sua vocação maior.

2. Em Portugal

Quem observe a história da arqueologia portuguesa, pode detectar nela quatro grandes períodos: um, das "origens", que vem desde o séc. XVI aos meados do séc. XIX. Outro, de primeiro "arranque", desde os anos 70 do séc. XIX aos anos 20 do séc. XX. A partir dos anos 30 começa a notar-se uma grande perda de ritmo, e um desfazamento cada vez maior em relação à arqueologia de outros países europeus: essa fase de "estagnação" vem até aos anos 60.

Finalmente, dos anos 70 - principalmente da sua última fase - até ao presente, dá-se um novo período de desenvolvimento, caracterizado por um esforço enorme no sentido de recuperar o atraso de décadas, principalmente ao nível da preparação científica individual dos arqueólogos da minha geração e da renovação do ensino prestado pelas universidades.

Pode dizer-se que os estudos do chamado "megalitismo" (antas sob mamoa - montículo artificial em muitos casos destruído - , menires - grandes pedras fincadas artificialmente no solo - ou conjuntos de menires - também chamados cromlechs), tão emblemático das nossas paisagens, do Norte ao Sul, seguiu aqueles quatro grandes momentos.

Dos sécs. XVI a XVIII datam referências a monumentos, e no último desses séculos procurou-se mesmo

fazer uma listagem (de 315 sítios), que se perdeu.

Mas é a partir dos finais dos anos 60, e anos 70 do séc. XIX, que se dá um corte com a realidade anterior, constituindo-se o tema como objecto permanente de interesse. São de citar os trabalhos de Filipe Simões (1878), em que as antas são claramente assumidas como pré-históricas; os inovadores estudos de campo de Martins Sarmiento no Entre-Douro-e-Minho (entre 1876 e 1899, embora só reunidos mais tarde - 1933 - na obra *Dispersos*), mau grado o carácter peculiar das interpretações; a obra, notável para a época, de Estácio da Veiga (*Antiguidades Monumentais do Algarve*, 1886-1891), e o labor de Leite de Vasconcelos que, ao começar a publicação da revista *O Arqueólogo Português* (em 1895) deu ampla guarida à divulgação das pesquisas feitas por todo o país, estimulando-as. Aliás, no 1º volume da sua obra de conjunto *As Religiões da Lusitânia*, o grande obreiro que foi Vasconcelos haveria de abordar extensamente os dólmenes. Durante as duas primeiras décadas do séc. XX (e até 1931) diversas revistas, publicadas em várias cidades do país, foram divulgando contributos, mais ou menos pontuais, mas polarizados por um entusiasmo evidente, que vemos abrandar na década seguinte.

Começam então os estrangeiros a tomar o nosso lugar, a preencher um vazio por nós deixado. López Cuevillas, na Galiza, tenta a síntese do megalitismo do NW peninsular; e o alemão Georg Leisner faz, em 1938, o balanço dos conhecimentos sobre essa região, na sua tese de doutoramento (densa, apesar de sucinta). Aí apresenta o primeiro inventário, as primeiras plantas de monumentos em que se pode confiar, propostas de tipologia arquitectónica interessantes.

O pólo dos estudos, a partir dos anos 30-40 deste século, volta-se para o Sul do nosso país, onde trabalha o casal alemão Leisner (G. e Vera), a quem já acima me referi. A eles devemos, de facto, uma obra monumental, exaustiva, metódica, inigualada até hoje, que procede à investigação do megalitismo andaluz (1943) e algarvio, e mais tarde alentejano, com destaque para a rica região de Reguengos de Monsaraz (cujos resultados foram divulgados em português em 1951), e tentando uma primeira síntese interessante para o conjunto

de Portugal em 1956. Os anos 40 e 50 são literalmente "dominados" pela obra deste casal, prolongada por V. Leisner nos anos 60.

Entretanto, os portugueses fazem o que podem, com os meios da época: V. Correia, nos anos 20, no Alentejo; A. Viana, no Alentejo e Algarve, nos anos 40 e 50; L. A. e Castro, O. V. Ferreira, A. F. Isidoro, C. Nunes, I. Moita, realizam diversos trabalhos, nos anos 50 e 60. Entretanto, alguns outros estrangeiros interessam-se pelo problema, como o já referido vizinho López Cuevillas, na Galiza, que deixa obra longa e influente, entre os anos 20 e os anos 40; Bosch-Gimpera, mesmo emigrado no México, ex-professor em Barcelona, representante típico da escola "histórico-cultural"; e os difusionistas Glyn Daniel, professor em Cambridge, e H. N. Savory, galês, que escreve uma síntese sobre a pré-história da Península.

Mas já ocorrem os primeiros sintomas de uma nova perspectiva, autoctonista, com C. Renfrew, também inglês; e o português H. L. Pina, com alguns estudos no Alentejo, quer introduzir uma metodologia de qualidade, que todavia não se confirma mais tarde (infeliz intervenção no dólmen do Zambujeiro, Évora, ainda hoje por "resolver"). Os anos 70, se prolongam velhas ideias difusionistas (G. Eogan, irlandês), e metodologias que vinham de trás (actividade de alguns autores anteriores), rompem com o passado, sobretudo na fase final da década.

Problematizações então surgidas de J. M. Arnaud, V. S. Gonçalves, C. T. da Silva, J. Soares, V. O. Jorge, Ph. Kalb e M. Hock, associadas em vários casos ao arranque de escavações sistemáticas (zona de Sines, Aboboreira no Norte, etc.) anunciam uma nova era.

E. S. Towhig publica em 1981 o seu exaustivo levantamento da arte megalítica. O signatário apresenta em 1982 à Fac. de Letras do Porto uma tese de doutoramento sobre o megalitismo do N. de Portugal que é, sobretudo, um vasto programa de pesquisas, que muitos (incluindo o autor) abraçaram nos anos seguintes, em Portugal e Espanha. Tenta-se aqui, talvez pela primeira vez, na Península, integrar o megalitismo numa vasta rede problemática, que vai desde o contexto económico das sociedades construtoras de "megálicos" até

ao cognitivo. Defende-se a necessidade de estudos à escala regional, com integração do "megalitismo" no seu contexto; e assume-se o claro polimorfismo do fenómeno (diferentes arquitecturas contemporâneas) como atitudes que talvez permitissem ultrapassar as explicações evolucionistas e difusionistas tradicionais.

Do Minho e Trás-os-Montes ao Algarve, são muitos os dados vindos a lume nas últimas duas décadas, e numerosas, hoje, as pesquisas em todo o país. No entanto, a realidade complexificou-se, como sempre acontece, e os meios de pesquisa não aumentaram em proporção. Entretanto, emanado da "escola" da Aboboreira, e trabalhando no Alto Paiva, na zona charneira da Beira Alta, um investigador sistemático e rigoroso apresentou recentemente uma obra fundamental para o futuro: Domingos J. Cruz. Oriundo da mesma "escola", E. J. Lopes da Silva tem recolhido uma informação imensa sobre o Minho e sobre a área imediatamente a sul do Douro (ainda na "provincia" do Douro Litoral) - é fundamental que a publique o mais rapidamente possível. Enquanto aguardamos os resultados mais exaustivos e documentados arqueograficamente da equipa de Victor Gonçalves e seus colaboradores no Alentejo, destaquemos aquele que nos parece ser um excelente investigador, já afirmado, e conhecedor da bibliografia europeia, no Sul: Rui Parreira, que fez um importante trabalho sobre os dólmenes do Crato (dissertação de mestrado, inédita, apresentada à FLUP) e tem a seu cargo o estudo e restauro da necrópole de Alcalar.

No que pessoalmente me toca, e tendo abraçado desde 1998 um projecto de estudo da "monumentalidade não funerária", passe a expressão (na região de Foz Côa) penso que os meus principais contributos, para além e depois da minha dissertação de doutoramento, para o estudo do megalitismo português, foram, nos 20 anos que entretanto mediarão:

- ter iniciado e servido de motor ao projecto da Serra da Aboboreira, no distrito do Porto, entre 1978 e 1990;
- ter contribuído para o conhecimento do megalitismo do planalto de Castro Laboreiro, com escavações entre 1992 e 1994;

· ter apresentado uma perspectiva de abordagem e uma hipótese de interpretação da "arte megalítica" peninsular (e em especial portuguesa) que julgo ter potencialidades, e que vem na sequência de um dos capítulos da minha dissertação de doutoramento de 1982 (ao Colóquio da Corunha de 1997, e depois também, talvez melhor estruturada, em inglês, em artigo inserto no *Journal of Iberian Archaeology* nº 0, de 1998).

Remeto os leitores interessados para os trabalhos resultantes dessas três linhas de pesquisa e reflexão.

Um outro aspecto que também não posso deixar de destacar são as sínteses da Pré-história portuguesa elaboradas por Susana Oliveira Jorge, de fundamental importância para a integração do "megalitismo" no seu contexto mais amplo, nomeadamente a incluída no 1º vol. da *Nova História de Portugal* de 1990 e a constante do livro *Domesticar a Terra*, de 1999 (o qual constitui uma espécie de "revisitação" crítica de temas abordados uma década antes). São dois trabalhos incontornáveis.

Em suma: hoje, no dealbar do séc. XXI, podemos dizer, como dados adquiridos, que está estabilizada uma metodologia de pesquisa e de registo. As grandes manchas "megalíticas" do território estão cartografadas.

Há uma faceta funerária, e uma faceta não funerária do "megalitismo" (menires, recintos). A grande fase construtiva é a segunda metade do Vº milénio e a primeira metade do IVº milénio A. C. Mas há casos onde desconfiamos que o fenómeno possa ter-se iniciado antes, e outros em que sabemos que as necrópoles megalíticas foram "parasitadas" por reutilizações, ou mesmo monumentos, já, da Idade do Bronze. Na Serra da Aboboreira, por exemplo, a última fase da utilização da necrópole por monumentos assinalados no terreno ("cairns") data do Bronze antigo (primeira metade do IIº milénio a.C.), sendo aparentemente substituída, a partir de meados, segunda metade desse milénio, por sepulturas do tipo Tapado da Caldeira, isto é, sem *tumulus*, ou qualquer sinalização externa (pelo menos que tenha sobrevivido arqueologicamente).

Compreendeu-se que pouco sentido tem falar de "megalitismo" como uma realidade homogénea, quando, mesmo numa pequena necrópole (Aboboreira, por ex.),

se encontram lado a lado monumentos do mais diverso tipo (polimorfismo), embora contemporâneos. Há muitas mamoas que não contêm megálitos, há zonas inteiras do país em que elas (com ou sem dólmenes) não estão presentes, o megalitismo foi um fenómeno de excepção mesmo nos períodos de mais intensa construção. Não tem portanto sentido organizá-lo em termos de esquema evolutivo simples, do tipo: para a época x, o monumento é este, com este "espólio", com este tipo de povoado associado, com este tipo de formação económico-social, etc. Tudo isso é uma simplificação infantil.

O que chamamos "megalitismo" é apenas uma das múltiplas formas de arquitectura pré-histórica, de monumentalização do espaço, de "ancoragem" das comunidades a um dado território. Essa ancoragem, ou se quisermos, essa produção de uma paisagem nova, parece ter-se processado em torno das ideias de tempo e de durabilidade (antepassados, pedra bruta como hierofania), o que não é de estranhar numa sociedade linhageira. Uma sociedade que representa o cosmo como uma totalidade organizada, onde a criatura humana tem um papel bem definido, activo ("ceia de caça" dos Juncais) embora bem enquadrado (para não dizer "dominado") por símbolos cósmicos, por forças celestes e telúricas. Estas forças parecem por vezes aparecer sob formas híbridas, de criaturas protectoras dominantes (grande figura em forma de "pele esticada" da Arquinha da Moura, Tondela), meio humanas - meio animais. Mas o "discurso" é muito mais abstracto e elaborado do que nos pode parecer, representando um dos mais densos "complexos de dados" que a nossa Pré-história oferece à interrogação do presente.

Penso que os monumentos megalíticos foram operadores simbólicos a três níveis: o da paisagem (necrópoles e seu desenvolvimento espacial, tanto em plano, como em perfil, nas linhas de horizonte), o de cada monumento em si, visto do exterior como um todo (fechado-aberto, colina-cripta artificiais, etc.), e do de unidades do espaço interior (corredor-câmara, zona de entrada- zona do fundo, disposições de objectos/partes do corpo- zonas vazias, etc.). São microcosmos a esses três níveis, servindo para simbolizar um universo

organizado que, longe de ser o "espaço dos mortos", é um materializador de conceitos implícitos, rico precisamente por ser polissémico e sempre sujeito a diferentes reajustamentos e interpretações, aliás desde a época da sua edificação até hoje.

Termino, aconselhando a todos os jovens que se interessam por estas matérias três autores que me parecem fundamentais: Julian Thomas, Richard Bradley e Chris Tilley. Na leitura, naturalmente sempre crítica e distanciada, mas profundamente reflectida, das suas obras, haveremos de ir buscar a inspiração para as nossas interpretações, que tanto nos falece no ambiente intelectual da arqueologia portuguesa.

Entretanto, há que procurar desenvolver pesquisas em conjuntos espacialmente homogéneos de megálitos, tentando, num primeiro momento, articulá-los entre si, e, num segundo momento, relacioná-los com a realidade arqueológica envolvente. Fazer, talvez com meios que nunca me foram disponibilizados, aquilo que tentei, com os meus colaboradores, realizar na Aboboreira, e a que outros (C. Stockler, M. Moreira) lá procuram ainda hoje dar continuidade, no meio de permanentes dificuldades incompreensíveis.

Pela minha própria experiência acabei por concluir que só o trabalho tenaz, continuado, persistente, acaba por recompensar. Mesmo aqueles que, com ardis bem montados, tudo fazem para nos desencorajar, ficam surpreendidos com essa educação da força de vontade que não verga facilmente. Há uma espécie de "majestades" na dignidade do trabalho movido por objectivos da verdadeira pesquisa que desencoraja, cedo ou tarde, alguma mesquinhez que por vezes nos rodeia.

É esta mensagem que deixo aos mais jovens que eu, e que pretendem encetar estes estudos - nunca esmoreçam, mesmo que tudo indique que essa é a única solução. Pode-se ter poucos meios, mas com força de vontade e com ideias, com imaginação e voluntarismo, mais cedo ou mais tarde "damos a volta" aos problemas*.

Nota

*Neste breve texto não pude citar muitos colegas que, de norte a sul do país, têm desenvolvido trabalhos importantes neste âmbito: Ana Bettencourt (U.M.), Maria de Jesus Sanches (FLUP), Manuel Calado (FLUL), Luiz Osterbeck (IPT), Jorge Oliveira (U.E.), entre outros.

